

# Dois anos após decisão do TCE, PlanMob segue sem revisão efetiva

Prefeitura não responde questionamentos e cidade enfrenta agravamento do trânsito

Por Gabriel Rattes

Dois anos após o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) determinar a revisão do Plano de Mobilidade Urbana de Petrópolis (PlanMob 2019-2029), o documento segue sem avanços práticos visíveis. A decisão, tomada em 2024, apontava falhas estruturais no plano, como a ausência de previsão orçamentária e a falta de integração com políticas públicas essenciais, como habitação e redução de riscos.

Na época, o TCE estabeleceu prazos para que o município promovesse ajustes e tornasse o plano executável. No entanto, em 2026, a percepção é de que pouco mudou, enquanto os problemas de mobilidade seguem se agravando na cidade.

Como mostrou a reportagem publicada pelo Correio Petropolitano nesta sexta-feira (17), que inclui entrevista com o vereador e ex-presidente da CPTrans, Thiago Damaceno, moradores já levam mais de 1h30 para se deslocar entre distritos, em um cenário marcado pelo aumento da frota, queda no uso do transporte público e falta de planejamento efetivo.

## Auditoria apontou falhas estruturais

A decisão do TCE teve como base uma auditoria realizada entre



Johnata Joras/CM

A decisão do TCE teve como base uma auditoria realizada entre março e agosto de 2022

março e agosto de 2022. O levantamento identificou que, até o fechamento do relatório, nenhuma ação estratégica havia sido efetivamente implementada.

Além disso, das 192 ações previstas no plano original, apenas uma havia apresentado algum andamento. Cenário que evidenciou a fragilidade do planejamento.

## Falta de avanço

Para o presidente da Comissão de Transportes da Câmara Municipal e ex-presidente da CPTrans, Thiago Damaceno, o problema não está apenas no plano em si, mas na sua execução. “A gente está

andando mal nesse sentido. Existe um plano, mas ele precisa ser atualizado e, principalmente, aplicado”, afirmou.

O vereador também criticou a falta de participação popular na construção do documento e a baixa implementação das propostas já existentes. “Eu acho que o plano poderia ter sido mais debatido e com maior participação da população. E o que a gente vê é que muito do que está ali não saiu do papel”, disse.

## Estudos técnicos também não avançaram

Damaceno destacou ainda que estudos técnicos encomendados

pela própria Prefeitura não foram plenamente utilizados. “Foi contratado um projeto de melhoria de mobilidade com a COPPE/UFRJ, um grupo extremamente qualificado, e muito pouco daquilo foi aplicado na prática”, enfatizou.

Segundo ele, a ausência de ações concretas agrava o cenário atual. “Os problemas vão se acumulando e o tempo vai passando sem que a gente veja medidas efetivas sendo implementadas”, completou.

## Prefeitura não responde questionamentos

O Correio Petropolitano procurou a Prefeitura de Petrópolis e a CP-

Trans com questionamentos sobre mobilidade urbana, incluindo:

- Medidas para reduzir o tempo de deslocamento entre distritos
- Possibilidade de subsídio tarifário ou corredores exclusivos
- Avaliação da qualidade do transporte público
- Novo processo de concessão das linhas
- Ações contra estacionamento irregular

Até o fechamento desta edição, não houve resposta.

## Problema se reflete no dia a dia

A falta de avanço no planejamento ajuda a explicar o cenário atual da mobilidade no município. Como mostrou reportagem publicada pelo Correio Petropolitano nesta sexta-feira (17), moradores já levam mais de 1h30 para se deslocar entre distritos — tempo comparável a viagens intermunicipais.

O levantamento também apontou fatores como o aumento da frota de veículos, a queda no uso do transporte público e falhas operacionais no sistema.

Para Damaceno, a solução passa por retomar o planejamento com ações concretas. “A gente precisa urgentemente retomar esse caminho de trabalho e de ação para melhorar a mobilidade do município”, afirmou.

# Combustíveis em debate na Câmara

Por Gabriel Toledo

O alto preço dos combustíveis e a pouca diferença entre os valores cobrados nos postos de Petrópolis foram os principais problemas apontados em uma audiência pública realizada nesta quinta-feira (16), na Câmara Municipal. A situação preocupa consumidores, trabalhadores do transporte e órgãos de defesa do consumidor, que questionam possíveis distorções no mercado e cobram mais fiscalização.

Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que, entre 5 e 11 de abril de 2026, a gasolina comum teve preço médio de R\$ 7,23 na cidade, chegando a R\$ 7,29. Já a gasolina aditivada (com aditivos que ajudam na limpeza do motor) teve média de R\$ 7,34, com valor máximo de R\$ 7,39, números considerados altos em comparação com municípios próximos.

A audiência reuniu representantes do poder público, entidades de defesa do consumidor, empre-

sários do setor e trabalhadores do transporte. Para o vereador Thiago Damasceno, o encontro foi motivado por reclamações recorrentes da população.

“Um dos principais motivos que levaram à convocação dessa audiência pública são as diversas demandas recebidas pela comissão, feitas por moradores e consumidores, principalmente em relação ao preço dos combustíveis nos postos da cidade, onde há uma reclamação de que nós temos os preços muito mais altos em comparação às cidades mais próximas”, afirmou.

Outro ponto levantado foi a semelhança entre os preços praticados nos postos, o que levanta suspeitas. “A segunda indagação é em relação à diferenciação dos preços dos postos em Petrópolis. Os preços praticados entre os postos ficam todos alinhados, e isso não é normal”, disse o vereador.

O impacto é direto para quem depende do combustível para trabalhar. O presidente da Associação

dos Taxistas de Petrópolis, Josemar Carvalho, afirmou que a alta afeta todo o sistema de mobilidade.

“A gente é impactado pela situação. Nós somos da Região Metropolitana e temos diversas refinarias no nosso ‘quintal’, e mesmo assim temos um dos combustíveis mais caros da região”, disse. Ele também reforçou os reflexos no dia a dia da categoria: “Está impactando diretamente o transporte na cidade, não só o transporte individual de passageiros, mas também o transporte coletivo que já vem doente há algum tempo.”

Durante o debate, especialistas explicaram como o preço dos combustíveis é formado. Segundo o advogado Patrick Machado, do Conselho em Defesa do Consumidor da OAB Petrópolis, o valor final inclui várias etapas, como refino, distribuição e impostos.

“A gente precisa entender porque pagamos esse preço que chega nas bombas. Já existe um percentual de cerca de 27% ligado à distri-

buição e ao refino, além de 22% de ICMS e tributos federais em torno de 10%”, explicou.

Ele também demonstrou preocupação com possíveis irregularidades. “Se de fato nós estamos diante não do paralelismo e sim de um cartel, estamos falando de crime contra a ordem econômica e contra o consumidor. Temos que fazer uma força-tarefa com todos os órgãos de defesa do consumidor para verificar o que está acontecendo”, disse.

O coordenador do Procon Petrópolis, Fafá Badia, disse que não há comprovação de cartel, mas reconheceu problemas no mercado local. “Eu não posso comprovar que há um alinhamento ou uma cartelização. Mas a gente tem que ficar atento e discutir isso, nem que seja para mudar essa cultura de que Petrópolis é uma cidade cara”, afirmou.

Ele também destacou os limites da fiscalização. “Os Procons municipais o Judiciário, a ANP, a Sena-

con, e quase sempre dá nada.”

Do lado dos postos, o argumento é de que os preços são influenciados por custos semelhantes e pelo cenário internacional. O representante do setor, Adriano Costa, explicou a cadeia de abastecimento. “O custo é todo muito parecido. Eu sou o último elo, eu revendo. Antes de mim tem a distribuidora e depois a refinaria ou o importador”, afirmou.

Ele também citou a alta do petróleo no mercado internacional como fator de pressão nos preços. “Com o petróleo a 105 dólares, as importadoras pararam de importar. O mercado independente, que ajudava a equilibrar os preços, praticamente secou. O risco é para os mercados de pesados, o diesel”, disse.

Ao final, a comissão informou que seguirá acompanhando o tema e encaminhará medidas. Entre elas, está o pedido ao governo do estado para avaliar um possível subsídio ao diesel e o reforço da fiscalização.